

JUDITH MARTINS-COSTA
PAULA COSTA E SILVA

CRISE E PERTURBAÇÕES NO
CUMPRIMENTO DA PRESTAÇÃO
ESTUDO DE DIREITO COMPARADO LUSO-BRASILEIRO

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL
SÃO PAULO, 2020
quartierlatin@quartierlatin.art.br
www.quartierlatin.art.br

JUDITH MARTINS-COSTA

PAULA COSTA E SILVA

Crise e Perturbações no Cumprimento da Prestação

Estudo de Direito Comparado Luso-Brasileiro

São Paulo: Quartier Latin, 2020.

ISBN 978-65-5575-016-4

1. Direito Civil. 2. Obrigações. 3. Contratos. 4. Prestação.

5. Negociação. 6. Crise. 7. Volatilidade. I. Título

Editor

Vinícius Vieira

Produção editorial

José Ubiratan Ferraz Bueno

Diagramação

Anderson dos Santos Pinto

Revisão gramatical

Studio Quartier

Capa

Rafael Nicolau

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Empresa Brasileira, fundada em 20 de Novembro de 2001

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815;

Whatsapp: +55 11 9 9431 1922

Email: quartierlatin@globo.com

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Sumário

NOTA DAS AUTORAS, 11

APRESENTAÇÃO, 15

INTRODUÇÃO, 23

§ 1. A crise e o seu contexto	25
§ 2. As perguntas a fazer.....	27
§ 3. A instabilidade da instabilidade	29
§ 4. O tempo da dilação das soluções	34
§ 5. Os sistemas em comparação e o campo de exame proposto.....	39
§ 6. Os problemas a solucionar	48

PREMISSA

A NOÇÃO DE PRESTAÇÃO, 53

§ 7. A construção da noção de prestação	55
§ 8. O critério da utilidade da prestação para o credor e as perturbações da prestação	62

CAPÍTULO PRIMEIRO

AS SOLUÇÕES NEGOCIAIS, 69

§ 9. As diversas relações entre o contrato e a duração no tempo.....	71
§ 10. A renegociação contratual em virtude de situações de <i>hardship</i>	78
§ 11. Funções da cláusula de <i>hardship</i> e execução do seu objeto	81
§ 12. Cláusula de <i>hardship</i> e o inadimplemento do dever de renegociar.	89
§ 13. Pautas procedimentais	95

§ 14. A obrigação de indenizar pela violação de uma cláusula de <i>hardship</i>	111
§ 15. As convenções de força maior: caracterização.....	116
§ 16. Função da cláusula de <i>force majeure</i>	119
§ 17. As Cláusulas MAC.....	127

SEGUNDO CAPÍTULO

AS FONTES LEGAIS, 141

§ 18. O sistema do Código Civil brasileiro: os pontos de apoio da Lei às perturbações das prestações	143
§ 19. A impossibilidade superveniente e não imputável	144
§ 20. As origens da disciplina da impossibilidade no Código Civil brasileiro.....	146
§ 21. Impossibilidade e inadimplemento	152
§ 22. Espécies de impossibilidade superveniente não imputável.....	156
§ 23. Impossibilidade, desaparecimento do fim e frustração do fim	167
§ 24. Impossibilidade e excessiva onerosidade: distinções.....	182
§ 25. Revisão e resolução contratual: <i>rebus sic stantibus</i> , imprevisão e excessiva onerosidade superveniente	193
§ 26. O art. 317 do Código Civil brasileiro	204
§ 27. Os artigos 478 a 480 do Código Civil brasileiro.....	213
§ 28. Um olhar às próprias fontes	222
§ 29. Balanço final do Direito brasileiro: soluções em vista	234
§ 30. O regime no Direito Civil português.....	244
§ 31. A frustração do interesse do credor: incumprimento e impossibilidade.....	249
§ 32. A excessiva dificuldade de prestar	261
§ 33. A resolução e a revisão do contrato pela alteração das circunstâncias.....	270
§ 34. A mora do credor	281

EPÍLOGO, 293

§ 35. A volatilidade como regra	295
§ 36. A negociação estrutural e a adaptação sistêmica das vinculações	303
§ 37. Dever de renegociar e medidas pré-processuais de conciliação e de mediação	316

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 323

JURISPRUDÊNCIA CITADA, 343

ÍNDICE REMISSIVO, 349

LEGISLAÇÃO CITADA, 355

ÍNDICE ONOMÁSTICO, 361